



DURANTE REUNIÃO COM CNTSS, INSS INSTITUI GT SOBRE O TURNO ESTENDIDO



No dia 7 de março, em Brasília, diretores da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) estiveram reunidos com o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Lindolfo Sales, e sua equipe, para dar continuidade a discussão sobre a decisão do Ministério Público Federal de suspender o turno estendido nas Agências da Previdência Social (APS).

Logo de início, o presidente do Instituto discorreu sobre a reunião realizada com o procurador regional dos Direitos do Cidadão do MPF, Jefferson Dias, no dia 6. Na ocasião, a direção do INSS fez uma exposição sobre a dinâmica de funcionamento do turno estendido, ressaltando que a experiência é nova e necessita de ajustes, inclusive na base informática.

Após intensas discussões, o MPF concedeu um prazo de 10 dias, através do Ofício nº 3522/2013, para o INSS apresentar toda a documentação técnica e jurídica que fundamentou a instituição do turno estendido. Contudo, segundo o Procurador do Instituto, Alessandro Stefanutto, a situação ainda não está totalmente definida, mas todas as informações necessárias para manter o turno estendido serão concedidas.

Após cumprimentar a Direção do INSS pelo esforço designado para resolução das demandas, a CNTSS destacou que o turno estendido conta com problemas estruturais que não dependem,

exclusivamente, dos servidores garantirem o cumprimento das metas estabelecidas no plano de ação.

Rever a resolução 264/13, melhorar as condições de trabalho e a efetividade do sistema, repor a força de trabalho face às aposentadorias e o plano de expansão programado pelo INSS foram algumas das estratégias apresentadas pela Confederação para ampliar, a cada ciclo, o número de APSs contempladas com o turno estendido, além de garantir a manutenção dos turnos dois ininterruptos nas agências que já aderiram à medida.

O alto fluxo de pessoas nas agências para atendimentos espontâneos e o grande número de serviços prestados, de competência de outros órgãos, também foram citados como fatores impactantes nos atendimentos diários nas APSs. A necessidade de fortalecer os argumentos junto com a Secretaria de Relações do Trabalho quanto à importância da incorporação da GDASS, que representa hoje 72% dos vencimentos, e a implantação do Adicional de Qualificação também foi destacada durante a reunião.

Por fim, um Grupo de Trabalho (GT) foi instituído para discutir todas as demandas relacionadas ao Turno Estendido, como indicadores, metas, condições e ritmos de trabalho. Cada entidade está sendo representada por dois titulares e dois suplentes. A primeira reunião do GT já está agendada para dia 26, às 14 horas.

Na opinião da CNTSS, essa não é a hora de baixar guarda, já que nenhuma garantia de manutenção do turno estendido foi apresentada pelo INSS. O MPF ainda irá analisar os dados estatísticos apresentados pelo Instituto para só depois se pronunciar. A orientação da Confederação é para que os servidores continuem vigilantes e mobilizados para qualquer eventual reação.

Neste sentido, uma reunião ampliada com os sindicatos está sendo convocada para o próximo dia 20, em Brasília, e uma reunião com o Procurador do MPF está sendo solicitada pela Assessoria Jurídica da Confederação.

CONFIRA O RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CNTSS COM O INSS NA ÍNTEGRA

A audiência teve início com a fala do Presidente do INSS, Lindolfo Sales, sobre a reunião realizada, no dia 6 de março, em São Paulo, entre o Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social (MPS), Carlos Eduardo Gabas, e os Procuradores Federais dos Direitos do Cidadão, Dr. Jefferson Aparecido Dias e Aurélio Veiga Rios. A reunião discutiu, mais uma vez, o Turno Estendido no INSS e a dinâmica de funcionamento dos dois turnos ininterruptos. Na ocasião, foi argumentado que por ser nova e estar em desenvolvimento, a experiência ainda precisa de alguns ajustes, que já estão sendo providenciados. Foi destacado, ainda, os problemas relativos à base informática.

Segundo Sales, após as explicações apresentadas pela equipe do INSS, os Procuradores concordaram com a concessão de 10 dias de prazo para a Direção do Instituto apresentar a documentação técnica e a base jurídica que fundamentou a adoção do Turno Estendido. Neste sentido, o ofício de número 3522/2013 foi expedido para registrar o acordo. O Procurador do INSS, Dr. Alessandro Stefanutto aproveitou a audiência para alertar a CNTSS de que a situação ainda não está totalmente resolvida. Os Procuradores do MPF apenas solicitaram mais informações para análise, incluindo o acesso à base de dados com os indicadores mensais do plano de um acesso.

Stefanutto ressaltou, ainda, que o processo encontra-se em transição e que todo cuidado é pouco. Segundo ele, a direção do INSS está se preparando para fornecer todas as informações necessárias, a fim de garantir o Turno Estendido nas Agências. O presidente do INSS aproveitou o momento para lembrar que a Presidente Dilma Rousseff considera o INSS como um modelo para toda a Administração Pública, acrescentando que mesmo com as falhas e problemas operacionais, o serviço está sendo realizado da melhor forma possível e que uma avaliação para o próximo ciclo já está sendo pautada.

Os representantes da CNTSS cumprimentaram Lindolfo Sales e toda equipe diretiva do Instituto pelo esforço destinado para resolução das demandas do Turno Estendido, contudo destacou que a medida possui problemas estruturais que não dependem exclusivamente de os servidores garantirem o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Ação. Assim, foi exposto que é de fundamental importância rever a Resolução 264/2013, melhorar as condições de trabalho e a efetividade o sistema de informática, repor a força de trabalho face às aposentadorias, bem como o plano de expansão e instalação

das Agências do Instituto para ampliar, a cada ciclo, o número de APSs contempladas com a medida, além de garantir a manutenção do Turno Estendido nas agências que já aderiram ao sistema.

O alto fluxo de pessoas nas Agências em busca de atendimentos espontâneos e os serviços realizados de competência das prefeituras, bancos, Ministérios do Trabalho e outros órgãos também foram apontados como dificultadores. Também foi exposto que o atual modelo de manutenção do Turno Estendido, implementado pelas Resoluções 177 e 264, está fadado ao fracasso devido, entre outras causas, à fragilidade dos indicadores, que mesmo com o aumento do número de atendimentos espontâneos e requerimentos e análises dos processos, ainda corre o risco do seu conceito piorar, por conta da realidade fática.

Por fim, foi destacada a necessidade da direção do MPS e INSS fortalecer os argumentos junto à Secretaria de Relações do Trabalho quanto à importância da incorporação da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS), que representa hoje 72% dos vencimentos, e a implantação do Adicional de Qualificação. A Secretária Executiva do MPS, Elisete Iwai, destacou a importância de cuidar das questões relativas ao Turno Estendido neste momento, para só depois tratar das questões relacionadas à GDASS, Adicional de Qualificação e Carreira.

A instalação de um Grupo de Trabalho (GT) também foi proposta, com o objetivo de tratar as demandas relacionadas ao Turno Estendido, indicadores, metas, condições e ritmos de trabalho e outros aspectos que impactam diretamente no dia-a-dia do Instituto e na saúde dos trabalhadores. Ao final da reunião, Lindolfo Sales anunciou a instalação do GT, com representação de dois titulares e dois suplentes de cada entidade e agendou a primeira reunião do grupo para o dia 26 de março de 2013, às 14 horas. O presidente reiterou, ainda, que o INSS está organizando a contratação de 1.500 técnicos e a realização de um concurso público para a nomeação de 500 analistas.

Para a CNTSS, essa não é a hora de baixar guarda, já que nenhuma garantia de manutenção do turno estendido foi apresentada pelo INSS. O MPF ainda irá analisar os dados estatísticos apresentados pelo Instituto para só depois se pronunciar. A orientação da Confederação é para que os servidores continuem vigilantes e mobilizados para qualquer eventual reação. Neste sentido, uma reunião ampliada com os sindicatos está sendo convocada para o próximo dia 20, em Brasília.

Data: 07 de março de 2013 (quinta-feira) | **Horário:** 17 horas | **Local:** Gabinete da Presidência do INSS

Participantes: **Direção do INSS:** Lindolfo Sales (Presidente do INSS); Elisete B. S. Iwai (Secretária Executiva do MPS).

Equipe Gestora do MPS: Cinara Fredo (Diretora de Atendimento); Laura Schawerz (Diretora Substituta de Benefícios); Verusa Guedes (Diretora de Saúde do Trabalhador); Pedro Sanguinetti (Diretor de Orçamento, Finanças e Logística); Mônica Arcoverde (Diretora Substituta de Gestão de Pessoas); Sílvio Seixas (Corregedor Geral); Sueli Romero (Auditora Geral); Alessandro Stefanutto (Procurador Chefe).

CNTSS/CUT: Davi Eduvirges; Luis Carlos Vilar; Sandro Alex Cesar; Terezinha Aguiar.